

Integração e cooperação regional da América Latina: uma historiografia do Mercosul

Caíque Ribeiro Galícia
Mestre e Doutorando em Ciências Criminais (PUC-RS)
caiquerg@hotmail.com

Considerações iniciais

Refletir sobre a historiografia da América Latina desde a perspectiva da integração regional nos remete automaticamente aos ideais de Bolívar ou de Martí, muitas vezes associados a uma utopia bucólica e saudosista de um passado ainda bastante presente. O estudo tem como objetivo principal traçar as matrizes historiográficas da integração latino-americana, mas desde uma perspectiva de superação da visão romântica do ideal unificador muitas vezes propagado, rumo à proposição de uma integração como estratégia política e econômica em busca do binômio autonomia e desenvolvimento regional.

Para atingir o objetivo proposto, adota-se o pensamento complexo¹ (multidimensional) como método de abordagem, buscando superar o mito do conhecimento universal e totalizante, ciente da não separação entre sujeito e objeto, mas, principalmente, pretendendo dialogar com diferentes hipóteses e resultados. A opção por esse método se dá em razão do novo paradigma das ciências² e do necessário diálogo entre vários campos do conhecimento que podem contribuir efetivamente para a presente análise.

Desta forma, a reflexão pretendida no âmbito deste trabalho delimita-se no tempo aos acontecimentos históricos ocorridos ao longo do século XX, embora sejam enfrentadas algumas características contemporâneas como considerações finais e de comprovação das hipóteses expostas. Isso porque é nesse marco temporal em que se observa operando com maior força o fenômeno da globalização e a expansão do modelo capitalista, conceitos chave na presente análise.

Assim, para dar fluidez e sentido à abordagem, as reflexões que se seguem estão assentadas em algumas premissas necessárias e iniciais, sendo a primeira delas a de que o modelo capitalista gera, na sua própria essência, desigualdade na dinâmica de mercado entre os países, separando-os em países centrais e periféricos.³

Complementarmente, essa dinâmica gera superestruturas políticas hegemônicas que buscam a expansão do seu domínio no processo centro-periferia e que a integração regional entre países se revela como alternativa, especialmente aos países periféricos, frente às desigualdades desse processo na nova ordem mundial.⁴ Por fim, o fechamento do estudo requer a compreensão de que o MERCOSUL, resultado de um longo processo histórico, representa na contemporaneidade um modelo viável de estratégia regional e que tende a avançar na dinâmica de integração e cooperação, conforme a realidade local.

a integração e a cooperação regional como estratégia internacional

Não se pode olvidar que integração e cooperação, quando tratadas no contexto latino-americano são estigmatizadas como a utopia da unificação, um imaginário bucólico de pureza e completude. Ocorre que uma análise complexa (multidimensional) da dinâmica de integração regional nos remete para uma realidade mais cruel e se consubstancia em verdadeira estratégia de sobrevivência no mundo contemporâneo, marcado pela expansão contínua do modelo capitalista e da globalização. Assim, a integração regional escapa da utopia platônica e se aproxima da utopia de Fernando Birri⁵, fazendo-nos caminhar.

Desta feita, a importância do estudo da integração e da cooperação regionais se dá no contexto da expansão do modelo capitalista de mercado e da globalização, fenômenos que catalisam a disputa por poder hegemônico no campo de batalha internacional.⁶ Não menos importante, há concomitantemente um processo que empurra as instituições e a própria noção legitimadora do Estado-nação⁷ em direção ao abismo sob o aterrorizante som de crise.⁸

Embora seja um conceito multifacetário, a globalização pode ser compreendida em duas dimensões: de um lado, um processo histórico que remonta às grandes navegações no século XV, relacionado com o começo da compreensão das ligações no mundo, mas também como um processo ideológico sob o discurso da integração global, da universalização pós-Guerra Fria e a disseminação de um modelo americanizado de estilo vida (American way of life), sustentando assim uma posição hegemônica dos países centrais do modelo capitalista.⁹

Ora, a expansão do modelo capitalista, balizando a ordem econômica e política do globo, cria espaços de disputa na posição hegemônica a ser ocupada nessa ordem internacional, demandando estratégias que são determinantes em relação ao crescimento ou atraso dos Estados nacionais no jogo centro-periferia.¹⁰ Assim, nasce a relevância da integração regional como estratégia no jogo de disputas de poder no plano internacional.

O processo de expansão do modelo capitalista é importante para a presente análise porque junto com a dinâmica da globalização, desenvolvem a integração regional, o mundo passa a funcionar em redes de interação¹¹, e com o incremento da tecnologia, até o capital se torna volátil e transita em alta velocidade entre os mercados. Isso reflete diretamente na própria ideia clássica do conceito de Estado-nação, como aquele detentor de soberania absoluta (conceito clássico) e fechado à influência externa, sendo que atualmente exige-se – inclusive para “manter” sua soberania – uma abertura internacional, traduzida na integração em blocos econômicos.

Nesse sentido, Ulrich Beck, afirma que “a ideia de que em época de riscos globalizados seria possível agir segundo o lema ‘consequimos resolver o problema sozinhos’ revela-se uma ilusão fatal”¹². Afinal, na nova ordem mundial não é simples, ou sequer possível a distinção clara entre o que é política interna ou externa, pois principalmente em tempos de crises se observa a difusão por entre as fronteiras.¹³

Nesse diapasão, a globalização, como processo histórico, vem transformando a interação dos países, passando pela expansão do Império Romano até a formação e crise do Estado-nação moderno.¹⁴ E sua historiografia pode ser subdividida em cinco fases distintas, cada uma com características diferentes e relacionada a um determinado tempo e espaço.

Desta forma, a primeira dessas fases, denominada *embrionária*, ocorreu na Europa e tem seu limite temporal traçado entre o começo do século XV e a metade do século XVIII. Dentre os eventos que marcaram esse período, destacam-se o crescimento das comunidades nacionais em detrimento do sistema medieval, além da acentuação dos conceitos de indivíduo e humanidade. É desse período também o começo da Geografia (como ciência), a difusão do calendário gregoriano e, principalmente, a compreensão heliocêntrica do mundo.¹⁵

A segunda fase, nominada como *incipiente*, assim como a embrionária, também teve como cenário o continente europeu, todavia, estabelecida entre a metade do século XVIII e a década de 1870. Foi sentida principalmente pela brusca mudança em direção à ideia de Estado unitário homogêneo e com isso a cristalização de conceitos de relações internacionais formais, juntamente com a compreensão dos indivíduos como cidadãos.¹⁶ Há nessa época um considerável aumento das convenções e agências regulatórias internacionais e transnacionais, já que havia inúmeras colônias europeias tanto na África quanto na América e com isso a intensificação das trocas comerciais internacionais.¹⁷

Chamada de *decolagem*, a terceira fase compreende os anos entre as décadas de 1870 e 1920, e representa a crescente tendência do estabelecimento de “sociedades internacionais” como reflexo globalizante das fases anteriormente descritas. Há a inclusão de diversas sociedades não europeias na “sociedade internacional” e acentuado número e rapidez das comunicações entre determinados segmentos da sociedade. Surgem movimentos globais de inclusão e padronização, como a implementação da Hora Universal, a primeira premiação Nobel (1901), os Jogos Olímpicos da Era Moderna (1896) e principalmente a eclosão e fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).¹⁸

Robertson denominou como fase da *luta pela hegemonia* aquela que perdurou da década de 1920 até a primeira metade da década de 1960, marcada por disputas no cenário internacional, principalmente relacionadas ao Tratado de Versalhes (1919). Houve também a criação da Liga das Nações, que é considerada precursora daquilo que posteriormente passou a se chamar Organização das Nações Unidas - ONU, fundada em 1945. Outro fato determinante para a configuração do cenário mundial contemporâneo foi a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando dois eventos primordiais marcaram a história da humanidade: o Holocausto e a explosão da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki. Compreende também o auge da Guerra Fria (1945-1991)¹⁹, responsável por inúmeras invenções tecnológicas decorrentes da corrida armamentista e a conquista do espaço sideral.

A última divisão apontada por Robertson é convenientemente chamada de *fase da incerteza* (de 1960 até por volta de 1990)²⁰ onde a intensificação da consciência global é a sua marca. Esse período abrange a missão espacial que desceu na Lua (1969), o fim da Guerra Fria e difusão do acesso aos armamentos nucleares e

termonucleares. Houve também o crescimento de instituições e movimentos globais, acompanhado pela proliferação das empresas multinacionais, reflexo direto da “vitória” do capitalismo como sistema econômico e do modelo norte-americano (universalismo cultural do modelo norte-americano) após o fim da Guerra Fria. O indivíduo como um ser no mundo se torna muito mais complexo e diversificado (etnia, cor, religião, sexo e cultura).

Pela análise dos acontecimentos descritos na exposição de cada uma das fases, é possível compreender que, embora tenha reflexos mais sensivelmente visualizados no sistema econômico, a globalização é um fenômeno essencialmente multifacetário (político, cultural, econômico, social, etc.) e complexo.

Tais relações em escala global são processos eminentemente dialéticos, já que a transformação local é tanto um componente da globalização como extensão das conexões sociais na relação espaço-tempo. Atualmente, o que ocorre localmente tende a ser bastante influenciado por fatores globais, mas ao mesmo tempo, e paradoxalmente, os acontecimentos locais terão repercussão mundial. Por isso, constrói-se a ideia de rede global²¹. Daniel Bell elucida bastante esse fenômeno ao afirmar que “a nação se torna não só pequena demais para resolver os grandes problemas, como também grande demais para resolver os pequenos”²².

Ainda no que diz respeito aos efeitos da globalização, nitidamente foram sentidos principalmente no setor econômico com a alteração da relação entre o capital e o território. Não há mais uma restrição física da circulação do Capital, nem mesmo vinculado a um território específico. Ele se tornou fluido e migra rapidamente por meio de operações virtuais comandadas pelos investidores de país a país em questão de horas. A maior parte das transações financeiras é feita via rede mundial de computadores e não há mais, salvo raras exceções, transferências físicas de moeda (papel). Os mercados financeiros trabalham integrados através das bolsas de valores que transferem as quantias das operações negociadas em tempo real entre Japão, Nova Iorque, Londres e São Paulo²³, por exemplo.

Esse panorama desenha o cenário para a necessária integração dos países para fazer frente ao modelo econômico como alternativa de sobrevivência ao Capital. Nota-se que a percepção da soberania não está mais tanto vinculada à autossuficiência de um Estado-nação, muito menos exclusivamente ligada ao poderio militar e de fechamento das fronteiras nacionais, mas exatamente o contrário.

Uma breve historiografia da integração regional

Deve-se considerar primeiramente que após a formação do Estado-nação²⁴ moderno a globalização passou a ter uma influência considerável na dinâmica de integração e condução das relações internacionais. A consolidação do Estado-nação implica também na sua autonomia, delimitada em um território, e o exercício amplo (e quase irrestrito) da soberania, com o conseqüente reconhecimento das fronteiras dos outros Estados.²⁵

Na verdade, a formação dos Estados soberanos se dá inicialmente como entidades eminentemente separadas – e desvinculadas entre si –, mas com alto controle do que ocorria em seus limites fronteiriços e eram consideravelmente autossuficientes. Contudo, com a diminuição dos espaços sem dominação e a conseqüente aproximação física dos Estados, os padrões de interdependência foram aumentando e se desenvolvendo.²⁶

No que diz respeito à integração dos Estados no cenário internacional, um importante marco é o conjunto de tratados realizados com o fim da Guerra dos 30 anos.²⁷ Esse conjunto de acordos foi então denominado de Paz de Westphalia (1648)²⁸ e se desenvolveu a partir de grandioso esforço de praticamente todos os países europeus na sua negociação.²⁹

Ainda no cenário europeu, mas por volta do século XIX, destaca-se a importância do Império Napoleônico (1804-1814) para o estabelecimento de uma nova onda de integração territorial e fortalecimento político e econômico.³⁰ O declínio do Império Napoleônico trouxe certo temor na Europa, com o surgimento de novas frentes liberais, o que deu início a uma série de tratados internacionais com o intuito de preservar o *balance power* entre os Estados.³¹

Já no continente americano, ainda marcado pela influência massiva das potências coloniais europeias (principalmente Espanha e Portugal), o presidente americano James Monroe discursava, em 1823, repudiando a influência europeia no continente.³² A ideia de desagregação do controle europeu ficou consagrada na frase “América para os americanos”, atribuída a Monroe, e se tornou verdadeiro princípio da política pan-americana.

Seguindo os mesmos ideais pan-americanos, mas com foco bastante diferenciado, despontou a ilustre figura de Simon Bolívar, reconhecido pela luta em prol da libertação colonial da Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Equador. Esse movimento, o bolivarianismo, pretendia a união dos países para fazer frente à Espanha colonizadora e de certa forma pode ser considerado como precursor do movimento integracionista na América do Sul.

Nessa senda, dois acontecimentos históricos foram fundamentais para a reorganização do globo e a integração dos países: as duas guerras mundiais. Historicamente, em tempos de beligerância, a associação entre os Estados é bastante comum, e por vezes necessária. Contudo, uma marca especial desses dois conflitos mundiais ocorridos no século XX foi a propagação dos seus efeitos, sentidos em praticamente todos os países do mundo de forma direta ou indireta.³³

O fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) desencadeou a criação da Liga das Nações (1919), considerada precursora das Nações Unidas, estruturada com o objetivo primordial de prevenir um novo conflito mundial, mas sem sucesso. A falta de êxito decorreu, entre diversos outros fatores, também pela ausência dos Estados Unidos da América na Liga das Nações, país que já tinha uma colocação de grande importância no cenário mundial.³⁴

Outro evento de destaque foi a implantação do sistema socialista na Rússia com a Revolução de 1917. Isso porque a importância da Rússia no cenário mundial se modificou quando, a partir dos ideais socialistas, rompeu com a ordem internacional anteriormente estabelecida, já que a maioria dos acordos não encontrava compatibilidade com o novo sistema econômico e político por eles adotado, tendo relevante consequência no plano internacional.³⁵

Ainda, foi durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que muitas das tecnologias que hoje são essenciais na sociedade contemporânea foram desenvolvidas. Em outro sentido, tanto o Holocausto quanto a detonação das duas bombas atômicas representaram um fator de preocupação até hoje sentido pelo (des)respeito aos direitos humanos no plano internacional e geraram a constante busca por ferramentas e tratados com intuito de impedir que eventos parecidos se repitam.

Notavelmente, a Segunda Guerra Mundial foi bastante importante para a integração do mundo em uma nova espécie de organização espacial. Com o seu fim,

e a consequente devastação quase que completa da Europa, palco principal da guerra, houve a polarização dos eixos de poder mundial disputados entre o oeste capitalista e o leste comunista, representados por EUA e URSS, respectivamente.

A Europa, desgastada social, política e economicamente pela guerra, precisou de novos arranjos³⁶ políticos e econômicos, principalmente, para tentar se reerguer. Os países menores se deram conta que isolados eram vulneráveis, de maneira que para enfrentar os problemas decorrentes da guerra precisariam criar em comunhão novas soluções para o problema.³⁷ É com essa aspiração que nasce o projeto de criação do BENELUX, pretendendo ser uma união aduaneira entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

Seguindo esse movimento, em 1947, foi constituído o Comitê Internacional de Coordenação dos Movimentos para a Unidade Europeia, que conseguiu reunir no Congresso de Haia (1947) uma série de pessoas envolvidas com o pensamento político de diversos países. A importância desse encontro foi a determinação clara de duas linhas para a sistematização da Europa: a ideia federalista e a ideia pragmática (contatos intergovernamentais) de cooperação progressiva entre os Estados.³⁸

O pós-guerra foi marcado também por uma intensa busca por áreas de influência política, já que a ordem mundial se tornou binária com o surgimento das duas grandes potências (EUA e URSS). Particularmente no caso soviético, conseguiram dominar boa parte do território no seu entorno após a derrocada alemã, formando um bloco bastante forte de países sob seu domínio político, econômico e ideológico (Cortina de Ferro).

Essa batalha primordialmente ideológica entre as duas potências, conhecida como Guerra Fria (1945-1991), foi determinante para inúmeros avanços tecnológicos e também para o estabelecimento de diversos pactos internacionais em diferentes áreas. Com a queda do muro de Berlim, simbolizando a falência da URSS e a anunciação de novos tempos com a supremacia isolada nos EUA, houve novamente uma reconfiguração no cenário mundial, consistindo na total, e isolada, dominação dos EUA como superpotência militar, política e econômica.

A nova realidade passou a ser denominada de “universalização”, que visava à integração do mundo como um corpo único, pregando a esperança da ordem única e homogênea em escala universal. O modelo a ser copiado, obviamente, era o

americano, e buscava difundir mundialmente as condições de vida padrão desse modelo de comportamento e pensamento (*American way of life*)³⁹.

Destaca-se que a ideia de universalização não pode ser confundida ou atribuída à globalização, pois são fenômenos contrários. Em primeiro lugar, enquanto a universalização prega a uniformização, padronização e ordem, a globalização se caracteriza por ser paradoxal, desordeira e ressalta as diferenças.⁴⁰

A realidade do mundo contemporâneo é que os principais centros de poder são, em relação ao sistema econômico, Estados eminentemente capitalistas. Disso decorre que a sua organização institucional mantém o regime econômico em grande medida isolado em relação ao político, favorecendo assim a atividade global das corporações de negócios que, mesmo tendo sede em um Estado específico, pode ter envolvimento em diversas outras regiões do planeta.⁴¹

Nesta toada, a concepção de regionalismo é um fenômeno que surgiu mais intensamente nos últimos 50 anos, tendo nesse período duas ondas de intensas relações internacionais entre os países em prol da integração regional: uma em 1970 e outra em 1990. Notadamente, essa segunda onda foi decorrência do colapso da União Soviética, que teve reflexos sentidos em diversos lugares do mundo.⁴²

No contexto latino americano, sabe-se que desde o começo do século XX, já havia um plano de integração⁴³ concreto entre Argentina, Brasil e Chile, como resultado dos esforços do então Ministro das Relações Exteriores barão do Rio Branco, embora consciente das limitações da solidariedade sul-americana.⁴⁴

Com a eclosão das duas grandes guerras, o painel de organização no Cone Sul da América se reorganizou. O fim da Segunda Guerra e a ascensão do Presidente Dutra⁴⁵ no Brasil, fez com que a política externa brasileira de alinhamento com os EUA se mantivesse⁴⁶, diferentemente da Argentina, que seguiu o rumo do nacionalismo populista guiado por Perón.⁴⁷

A volta de Vargas ao poder, com a reestruturação dos seus representantes internacionais, permitiu novo contato entre o embaixador brasileiro em Buenos Aires e Perón, que naquele momento tinha claros interesses expansionistas. Diante da dicotomia da Guerra Fria estabelecida entre EUA e URSS, Perón pretendia arquitetar uma terceira posição: a América do Sul, liderada pelas nações que compunham o então ABC.⁴⁸

Envolto em uma crise política interna, Vargas não deu seguimento ao plano e logo depois acabou por se suicidar.⁴⁹ Perón, por sua vez, foi deposto e buscou exílio, não sem antes sepultar de vez a evolução do pacto do ABC.⁵⁰

O renascimento da aproximação de relações internacionais entre Brasil e outros países da América Latina veio anos mais tarde com a ascensão do presidente Juscelino Kubitschek⁵¹, quando, em 1958, estabeleceu aquilo que ficou conhecida como Operação Pan-americana⁵². A OPA consistia basicamente na cooperação internacional visando a acabar com a miséria e subdesenvolvimento da América Latina, considerados pontos de favorecimento para o estabelecimento de ideologias antidemocráticas.⁵³

Embora com resultados não muito práticos, os avanços da OPA foram reconhecidos pela Organização dos Estados Americanos - OEA, notadamente pela criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. De qualquer forma, a então cooperação econômica almejada teve na assinatura do Tratado de Montevideu, em 1960, um grande marco, pois deu origem à criação da Associação Latino-americana de Livre Comércio - ALALC, com objetivo de “estabilizar e ampliar as trocas comerciais, desenvolver novas atividades, aumentar a produção e substituir importações de países não membros.”⁵⁴

Como aponta Vidigal, citando Hélio Jaguaribe, “a primeira condição para neutralizar o poder de represália dos EUA – reação natural a qualquer exercício autonomista – era a união da América Latina”⁵⁵. Este laço deveria ser sustentado principalmente na cooperação entre Brasil e Argentina, cuja força econômica em conjunto, poderia influenciar novas regras de poder na América do Sul.⁵⁶

Assim, consequência desse panorama é que se deu o Encontro de Uruguaiana⁵⁷, em abril de 1961, entre os presidentes do Brasil e da Argentina, Jânio Quadros e Arturo Frondizi, respectivamente. Este encontro pode ser considerado o primeiro passo efetivo para a integração sul-americana com os efeitos surtidos até os dias atuais, pois também estabeleceu um sistema de consultas recíprocas e pretendeu-se a integração econômica ampla.⁵⁸

O esforço até então construído em prol da integração da parte sul da América veio abaixo com a implementação da ditadura militar no Brasil (1964), com nítido alinhamento político-ideológico com os EUA. Observa-se que o governo de Castelo Branco (1964-1967) rompeu⁵⁹ com os ideais da OPA, e, principalmente, com o ideal

de autonomia do país diante da bipolarização do globo, instrumentalizando uma interdependência em relação à política americana de então.⁶⁰

Na verdade, a política externa brasileira estava voltada preponderantemente – ao contrário do que havia sido anteriormente posto – para os interesses geopolíticos, militares e das grandes corporações no contexto da expansão do capitalismo em alinhamento à política americana. Destaca-se o importante papel, ainda durante a ditadura brasileira, do Tratado de Itaipu, firmado em 1973, entre Brasil e Paraguai, visando o aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Paraná.

Com a redemocratização, e os novos rumos da política externa brasileira frente à integração dos países da porção sul da América, a relação estabelecida entre os presidentes do Brasil e da Argentina, José Sarney e Raúl Alfonsín, no final da década de 1980⁶¹, foi crucial para o novo panorama das relações de confiança entre os dois países e o lançamento das bases do que se transformou então em MERCOSUL.⁶² Essa integração passou a ser expressamente prevista na Constituição Federal de 1988, no art. 4º, parágrafo único⁶³, fruto da redemocratização brasileira e visando o futuro de uma comunidade latino-americana de nações.

Nesse diapasão, o término dos regimes militares permitiu espaço para o diálogo mais livre entre os países, pois a concepção de um bloco econômico passa, necessariamente, pela confiança recíproca e pelo diálogo típico de uma democracia.⁶⁴ Assim, estava lançada a base de credibilidade de comunicação entre os dois principais países (Brasil e Argentina), fator imprescindível para dar subsídio à integração mais efetiva e para a criação e desenvolvimento do MERCOSUL.

Considerações finais

A integração dos países em blocos regionais representa não tanto um ideal de cooperação, mas trata-se de verdadeira estratégia diante do modelo econômico vigente e estimula a disputa de espaços internacionais. Essa disputa é responsável por uma divisão no papel dos países no cenário internacional entre os protagonistas e os que estão à margem das decisões relevantes.

No contexto latino americano, a integração regional remonta ao começo do século XIX, mas teve seu apogeu no século XX, representado pela criação e desenvolvimento do MERCOSUL, fase coincidente também com a alteração do

sistema-mundo e de consolidação do modelo capitalista. A integração regional da América Latina, especialmente por ser região coadjuvante no cenário mundial, significa uma estratégia política e econômica para manter um nível de autonomia no plano internacional ao mesmo tempo em que se busca o desenvolvimento social e político da região.

E é nesse ponto que está assentada a estratégia de análise histórica, pois contribui para os processos de transformação e alianças na região, que seguem alternando-se conforme a orientação política do governo dos países.

¹ Para Morin, o pensamento complexo não é um fundamento apenas, mas trata-se de princípio regulador que procura não perder de vista a realidade do tecido fenomênico no qual estamos e que constitui nosso mundo. Para tanto, o método complexo não visa separar sujeito do objeto, como no paradigma da ciência clássica cartesiana. A complexidade é eminentemente dialógica e busca o pensamento menos mutilador possível ao mesmo tempo em que pretende atingir o mais racional (contrário de racionalização) possível. MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 99-105.

² SOUSA SANTOS, Boaventura. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 59-92.

³ GRANATO, Leonardo. *Brasil, Argentina e os rumos da integração*. O Mercosul e a Unasul. Curitiba: APPRIS, 2015, p. 22-25.

⁴ SLAUGHTER, Anne-Marie. *A new world order*. New Jersey: Princeton University Press, 2004, p. 15-18.

⁵ Eduardo Galeano, conta que Fernando Birri afirmou que ela está no horizonte e segue: “Me acerco dos passos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar.” GALEANO, Eduardo. *Las palabras andantes*. Buenos Aires: Catálogos S.R.L., 2001. p. 230.

⁶ BAUMAN, Zygmunt; MAURO, Ezio. *Babel*. Entre a incerteza e a esperança. Rio de Janeiro: Zahar, 2016, p. 17;46-47.

⁷ BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*. Brasília: Editora UnB, 1994, p. 200-204.

⁸ Bauman, fazendo remissão ao pensamento de Saramago, indica a “ideia de que a democracia econômica [abriu] caminho a um mercado que é obscenamente triunfante, [...] enquanto a ideia de uma democracia cultural acabou substituída pelo alienante marketing industrializado da cultura de massas”. ‘As pessoas não escolhem um governo que porá o mercado sob seu controle; em vez disso, o mercado condiciona o governo, de todos os modos, a pôr as pessoas sob seu controle.’ (BAUMAN, Zygmunt; MAURO, Ezio. *Babel*. Entre a incerteza e a esperança. Rio de Janeiro: Zahar, 2016, p. 59.

⁹ GRANATO, Leonardo. *Brasil, Argentina e os rumos da integração*. O Mercosul e a Unasul. Curitiba: APPRIS, 2015, p. 23.

¹⁰ GRANATO, Leonardo. *Brasil, Argentina e os rumos da integração*. O Mercosul e a Unasul. Curitiba: APPRIS, 2015, p. 29.

¹¹ SLAUGHTER, Anne-Marie. *A new world order*. New Jersey: Princeton University Press, 2004’, p. 262.

¹² BECK, Ulrich. *A Europa alemã de Maquiavel a Merkievel: estratégias de poder na crise do euro*. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 33.

¹³ BECK, Ulrich. *Sociedade do risco*. Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 85.

¹⁴ CAMPOS, João Mota. *Manual de Direito Comunitário*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 23.

¹⁵ ROBERTSON, Roland. *Globalização: teoria social e cultural global*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 88.

¹⁶ Baumer, em *O Pensamento europeu moderno*, assim expõe sobre o século XVII: “Conhece-te a ti próprio, não te atrevas a olhar Deus de perto: O verdadeiro estudo da humanidade é o Homem’. Os famosos versos de Alexander Pope, que datam do início da década de 1730, tornaram-se proféticos.

A questão do homem, na verdade, tornou-se 'própria' do pensamento do século XVIII – não só para humanistas augustinianos como Alexandre Pope, mas também para *philosophes* da França e da Alemanha, e para filósofos da envergadura de Hume e Kant. Colocando a questão de uma outra forma, a antropologia, isto é, o estudo do homem ou da humanidade, tornou-se a nova rainha das ciências, destituindo a filosofia naturalista que fora tão absorvente no século XVII, tal como a teologia, a velha rainha da cultura cristã. [...] A natureza humana, afirmou Hume, era 'a capital ou o centro' das ciências; sem referência a ela, nenhuma questão de importância podia ser decidida; a ciência do homem constituía 'o único fundamento sólido para as outras ciências.'" (BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno: séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Edições 70, 2002, p. 183).

¹⁷ ROBERTSON, Roland. *Globalização: teoria social e cultural global*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 88.

¹⁸ ROBERTSON, Roland. *Globalização: teoria social e cultural global*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 88.

¹⁹ ROBERTSON, Roland. *Globalização: teoria social e cultural global*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 89

²⁰ A obra de Roland Robertson data de 1992, de maneira que o seu estudo está restrito temporalmente, embora faça consideráveis projeções quanto aos rumos futuros da globalização. Contudo, mostra-se atual e, o que é mais importante, demonstra de forma bastante lúcida as consequências da globalização sentidas atualmente: inúmeras incertezas. Esse pensamento é compartilhado por Zygmunt Bauman, em *Globalização: as consequências humanas*, que também analisa a globalização a partir da perspectiva de um fenômeno complexo e, primordialmente, de desordem (como contraponto a ordem estanque e previamente estabelecida).

²¹ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991, p. 76.

²² GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 23.

²³ Em 2013, a BM&F BOVESPA registrou recordes históricos com volume financeiro total de R\$1,83 trilhão, comparado com R\$1,78 trilhão de 2012, sendo que a média diária de volume financeiro atingiu a marca de R\$7,41 bilhões, superando os R\$7,25 bilhões de 2012, em um total de 220.550.852 negócios realizados. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/noticias/2014/download/BMFBOVESPA-Balanco-de-Operacoes-2013.pdf> Acesso em: 03 abr. 2014.

²⁴ A conceituação de Estado sofre considerável mutação de acordo com a ênfase e o uso a que se pretende dar ao conceito. Max Weber afirma que a concepção contemporânea de Estado passa pela compreensão de "uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física". (WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2004, p. 56). Já com o intuito mais utilitarista dentro do direito internacional, Francisco Rezek indica que o Estado "ostenta três elementos conjugados: uma base territorial, uma comunidade humana estabelecida sobre essa área, e uma forma de governo não subordinado a qualquer autoridade exterior". Desses três elementos, afirma Rezek que somente o componente humano é realmente essencial, já que é possível em algum momento de instabilidade política o governo ser ausente, da mesma forma o território. REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 193.

²⁵ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991, p. 85.

²⁶ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991, p. 78.

²⁷ Ocorrida entre 1618 a 1648, corresponde a uma série de conflitos que envolveu vários Estados europeus, e tinha como pano de fundo histórico um conflito religioso entre católicos e protestantes.

²⁸ O tratado assinado em Westphalia (Alemanha) em 1648 é notadamente um marco no direito internacional, pois reconheceu o protestantismo em nível internacional, inclusive com a existência de Estados Luteranos ou Calvinistas, mas, mais importante que isso, houve o reconhecimento da independência do Estado em relação à religião. Outro fato marcante é que trouxe um equilíbrio de poderes no cenário europeu que durou quase um século, dando espaço para o nascimento de um sistema internacional baseado na pluralidade de Estados independentes com reconhecida autoridade. CASSESSE, Antonio. *International Law*. New York: Oxford University Press, 2005, p. 24.

²⁹ CASSESSE, Antonio. *International Law*. New York: Oxford University Press, 2005, p. 23-24.

³⁰ A importância relacionada à expansão do Império Napoleônico, desde o Golpe de 18 Brumário, é que disseminou os ideais da Revolução Francesa (1789) e trouxe considerável estabilidade política e econômica para a Europa, além, é claro, dos grandes avanços na área das ciências. No que diz respeito ao Direito, tem importância destacada em razão do Código Napoleônico, responsável pela consolidação da burguesia por meio de diversas formas de proteção da propriedade e do trabalho.

³¹ CASSESSE, Antonio. *International Law*. New York: Oxford University Press, 2005, p. 29.

³² Em seu discurso, datado de 02 de dezembro de 1823, Monroe repudia a colonização europeia, reconhecendo e apoiando a independência dos países americanos em relação a suas colônias. No trecho final do discurso, assim se manifestou: “É impossível que as potências aliadas estendam seu sistema político a qualquer parte dos continentes americanos, sem pôr em perigo a nossa paz e segurança, nem se pode supor que nossos irmãos do Sul o adotassem de livre vontade, caso os abandonássemos a sua própria sorte. Ser-nos-ia, igualmente, impossível permanecer espectadores indiferentes dessa intervenção, sob qualquer forma que tivesse”. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/doutrina-monroe-1823.html> Acesso em: 09 de setembro de 2016.

³³ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 31.

³⁴ CASSESSE, Antonio. *International Law*. New York: Oxford University Press, 2005, p. 36.

³⁵ CASSESSE, Antonio. *International Law*. New York: Oxford University Press, 2005, p. 35-36.

³⁶ Grande parte dos dirigentes e pensadores europeus, que estavam reunidos em razão do exílio provocado pela invasão alemã, contribuiu bastante para a aceitação de uma integração maior entre os países europeus. CAMPOS, João Mota; CAMPOS, João Luiz Mota de. *Manual de Direito Comunitário*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 36.

³⁷ CAMPOS, João Mota; CAMPOS, João Luiz Mota de. *Manual de Direito Comunitário*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 36.

³⁸ CAMPOS, João Mota; CAMPOS, João Luiz Mota de. *Manual de Direito Comunitário*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 37.

³⁹ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 67.

⁴⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 67.

⁴¹ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991, p. 82.

⁴² MARKWALD, Ricardo Andrés. Mercosul: beyond 2000. p. 70-101. In: JAGUARIBE, Helio; VASCONCELOS, Álvaro de (Orgs). *The European Union, Mercosul and the New World Order*. London: Frank Cass, 2003, p. 71.

⁴³ Conhecido como Tratado do ABC (1915), por ter sido firmado entre Argentina, Brasil e Chile, buscou estabelecer diretrizes para soluções pacíficas de eventuais questões divergentes (pacto de não agressão, consulta e arbitragem) não contempladas por tratados anteriores, além de estreitar os laços já existentes entre os três países. Assim, caso as controvérsias não fossem resolvidas por arbitragem, ou pela via diplomática, seriam impostas a uma comissão permanente, composta por delegados de cada país-parte. Referido pacto representa, para Clodoaldo Bueno, uma das primeiras medidas efetivas de aproximação, rumo à integração, dos países sul-americanos, embora não tenha tido real alcance regional nem previsto aliança militar ou de cooperação anti-insurrecional como antes existia. BUENO, Clodoaldo. O Brasil e o integracionismo: do ABC de Rio Branco à Operação Pan-americana. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 51.

⁴⁴ BUENO, Clodoaldo. O Brasil e o integracionismo: do ABC de Rio Branco à Operação Pan-americana. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 43.

⁴⁵ O Governo Dutra manteve-se afastado dos anseios populares, pois a própria cúpula militar anticomunista o via com desconfiança. Assim, reprimiu greves e o movimento sindical não vinculado ao governo. Fundamentava as ações autoritárias e violentas contra os sindicalistas na hipótese de serem instrumentos de manipulação e infiltração comunista no Brasil. Dutra também tentou acabar com o Partido Comunista assim que assumiu o governo. Embora fracassado, investiu na repressão dos comunistas, que à época correspondiam à 4ª maior bancada do Congresso. Anos depois, houve o completo rompimento com a então URSS e a “adesão entusiasticamente à crescente securitização da agenda hemisférica norte-americana que substituíra a política da Boa Vizinha.” (ALMEIDA, João Daniel Lima de. *História do Brasil* (Manual do Candidato). Brasília: FUNAG, 2013, p. 420-421).

⁴⁶ É Digna de nota a realização da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança, ocorrida em Petrópolis/RJ no ano de 1947, que culminou na assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - TIAR, com a previsão de que “um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano será considerado um ataque contra todos os Estados americanos”, com claras intenções de fazer frente à possível expansão soviética, o que a Argentina comprovou, a duras penas, em 1982, com o conflito das Malvinas. ALMEIDA, João Daniel Lima de. *História do Brasil* (Manual do Candidato). Brasília: FUNAG, 2013, p. 422.

⁴⁷ BUENO, Clodoaldo. O Brasil e o integracionismo: do ABC de Rio Branco à Operação Pan-americana. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 54.

⁴⁸ BUENO, Clodoaldo. O Brasil e o integracionismo: do ABC de Rio Branco à Operação Pan-americana. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 54.

⁴⁹ Na carta em que deixou escrita antes de cometer o suicídio, Vargas declarou que “depois de décadas de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. [...] Não querem que o povo seja independente. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. [...] Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo.” (ALMEIDA, João Daniel Lima de. *História do Brasil* (Manual do Candidato). Brasília: FUNAG, 2013, p. 434).

⁵⁰ BUENO, Clodoaldo. O Brasil e o integracionismo: do ABC de Rio Branco à Operação Pan-americana. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 54-55.

⁵¹ A política externa de JK foi marcada por avanço e retrocessos, mas nitidamente por uma posição de “adiamento estratégico”, considerando a situação interna do país. Contudo, no cenário internacional, o novo panorama da Guerra Fria (início dos anos de 1950) abria espaço no interior dos blocos ideológicos, revelando alteração nas coesões monolíticas, permitindo a criação de espaço para a “ação autônoma de países periféricos como o Brasil.” (ALMEIDA, João Daniel Lima de. *História do Brasil* (Manual do Candidato). Brasília: FUNAG, 2013, p. 446).

⁵² Nas palavras de Vidigal, a Operação Pan-americana era uma espécie de Plano Marshall para a América Latina como forma de conter a expansão comunista. VIDIGAL, Carlos Eduardo. A integração sul-americana como um projeto brasileiro: de Uruguaiana às Malvinas. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 64.

⁵³ Conforme comenta Bueno, no contexto da Guerra Fria e da disputa pela hegemonia dos dois grandes líderes mundiais, “o presidente brasileiro pediu ao presidente norte-americano Eisenhower que o pan-americanismo político tivesse tradução econômica, pois seria a maneira mais eficiente de o hemisfério se opor à ‘ameaça materialista e antidemocrática do bloco soviético.’” BUENO, Clodoaldo. O Brasil e o integracionismo: do ABC de Rio Branco à Operação Pan-americana. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 55.

⁵⁴ BUENO, Clodoaldo. O Brasil e o integracionismo: do ABC de Rio Branco à Operação Pan-americana. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 56.

⁵⁵ VIDIGAL, Carlos Eduardo. A integração sul-americana como um projeto brasileiro: de Uruguaiana às Malvinas. p. 63-77. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 64.

⁵⁶ VIDIGAL, Carlos Eduardo. A integração sul-americana como um projeto brasileiro: de Uruguaiana às Malvinas. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 65.

⁵⁷ Trata-se de reflexo do que se denominou Política Externa Independente - PEI, articulada por Jânio Quadros e Afonso Arinos, que tinha propostas como mundialização das relações internacionais do Brasil, atuação isenta de compromissos ideológicos, ênfase na bissegmentação do mundo entre Norte e Sul em detrimento de Leste e Oeste, ampliação das relações comerciais internacionais, desejo de participação nas decisões internacionais, luta pelo desenvolvimento da paz e desarmamento, defesa da não intervenção, autodeterminação dos povos, entre outras e representou um marco na autonomia e na repercussão global da histórica da Política Externa Brasileira. VIDIGAL, Carlos Eduardo. A integração sul-americana como um projeto brasileiro: de Uruguaiana às Malvinas. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 65.

⁵⁸ VIDIGAL, Carlos Eduardo. A integração sul-americana como um projeto brasileiro: de Uruguaiana às Malvinas. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 65.

⁵⁹ Contudo, são dignas de nota algumas ações pontuais, como Acordo do Trigo (assinado entre Brasil e Argentina em 1964), a criação da Comissão Especial Bilateral também entre Brasil e Argentina, em 1965 e a tentativa de União Aduaneira. Além do mais, verdadeiro marco na integração é a inauguração

da Ponte da Amizade (Brasil e Paraguai) e negociações que culminaram na Ata das Cataratas (1965). VIDIGAL, Carlos Eduardo. A integração sul-americana como um projeto brasileiro: de Uruguaiana às Malvinas. p. 63-77. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 69.

⁶⁰ VIDIGAL, Carlos Eduardo. A integração sul-americana como um projeto brasileiro: de Uruguaiana às Malvinas. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 68.

⁶¹ Essa relação ganhou força com a posição brasileira no conflito das Malvinas (1982), servindo como uma espécie de intermediário entre Argentina e Reino Unido. AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. O reordenamento Sarney-Alfonsín. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012, p. 79.

⁶² AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. O reordenamento Sarney-Alfonsín. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012, p. 80.

⁶³ O texto constitucional, *ipsis litteris*, é que “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

⁶⁴ AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. O reordenamento Sarney-Alfonsín. In: PIMENTEL, José V. et al. (Org.). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012, p. 80.